



PARECER TÉCNICO

(Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015, Art. 35º, V)

OBJETIVO: Oferecer oficinas culturais (dança, indumentária, alimentação, jogos, etc...) nas dependências da Entidade, bem como demonstrar e praticar jogos campeiros. (Bocha campeira, jogos de osso, entre outros jogos praticados entre as famílias em sua comunidade quando não haviam salões e áreas específicas para jogos, sendo estes praticados ao ar livre, em gramados e no chão da terra, barro). Firmar Termo de Fomento com o Município de Tucunduva.

PROPONENTE: CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS QUERÊNCIA XUCRA DE TUCUNDUVA.

1. Considerando o Art. 35º, V da Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015, a celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada:

Considerando que o objeto proposto tratar-se da execução de atividades na área da Cultura, viabilizando às crianças e adolescentes a oportunidade de participação em atividades culturais, com a finalidade de difundir a cultura e o tradicionalismo Gaúcho no âmbito do Município, entende-se que a modalidade de parceria adotada deverá ser o Termo de Fomento, "instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015, Art. 2º, VIII)".

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;

Há identidade e reciprocidade de interesse das partes na realização da parceria em mútua cooperação prevista na Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015, sendo este um projeto na área da cultura, desenvolvido entre o Município e a Organização da Sociedade Civil, a qual desenvolve suas atividades culturais no município desde o ano de 1973, atuando na instrução/orientação de crianças e adolescentes, visando o estímulo à prática do tradicionalismo e da cultura Gaúcha.

c) da viabilidade de sua execução;

Há disponibilidade de sua execução, inclusive no que se refere aos valores disponibilizados, com previsão de recursos orçamentários, no valor de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais).

Em análise do Plano de Trabalho, foi observada compatibilidade quanto ao Artigo 22, caput da Lei nº 13.019, de 2014 alterada pela Lei 13.204, de 2015.

d) da verificação do cronograma de desembolso;



A execução do cronograma de desembolso será realizada em parcela única de RR\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais), sendo perfeitamente viável a execução financeira.

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

Em conformidade com a Lei nº13.019/2014 alterada pela Lei nº13.204/2015, a fiscalização da execução da parceria será realizada pelo Gestor da Parceria e homologada pela Comissão de Monitoramento. Para tanto serão enviados pela OSC Relatórios das Atividades e a prestação de contas final. O poder executivo do município designou Comissão de Monitoramento e Avaliação, através da Portaria nº 266/2022 de 24 de junho de 2022 e a Portaria nº 265/2022, de 24 de junho de 2022, nomeando o Gestor da Parceria. Ainda, será dada ampla divulgação e publicidade a todos os atos do referido termo de fomento.

g) da designação do gestor da parceria;

Em conformidade com o Art. 2º, VI da Lei nº13.019/2014 alterada pela Lei nº13.204/2015 o gestor da parceria é o agente público responsável pela gestão de parceria, com poderes de controle e fiscalização e precisa ser designado por ato publicado em meio oficial de comunicação. Foi identificada no processo a designação do Gestor da Parceria, realizada pela Portaria nº 266/2022.

h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

Em conformidade com o Art. 2º, XI da Lei nº13.019/2014 alterada pela Lei nº13.204/2015 a Comissão de Monitoramento e Avaliação é o órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento e deve ser constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação. Dessa forma, foi identificada no processo a designação da comissão de monitoramento e avaliação, por meio da Portaria nº 265/2022.

2. CONCLUSÃO

Considerando os documentos encaminhado por meio de requerimento protocolado sob nº 46.614 em 02 de maio de 2022 pelo CTG Querência Xucra, mediante análise apresentada, conclui-se pela possibilidade de celebração da parceria entre o CENTRTO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS QUERÊNCIA XUCRA DE TUCUNDUVA e a Prefeitura Municipal de Tucunduva.

Tucunduva/RS, 27 de junho de 2022.

Maria L. E. Benati

Maria Levanir Ebrin Benati
Secretária da Educação, Cultura e DEsporto